

Três Marcas Deixadas pelo Brasil em Portugal

*Manuel Freire Themudo Barata**

Resumo: A Independência, os limites fronteiriços e a bandeira de Portugal são as três marcas referidas no título, em que o “como” é justificado pela citação de fatos da história luso-brasileira.

Palavras-chave: Independência, fronteiras, esfera armilar.

Quando venho ao Brasil, vivo sempre, com a frescura, a emoção e o espanto da primeira vez, uma maravilhosa descoberta que, apesar de repetida, sempre me parece nova. É que sendo português nascido no pequenino berço europeu, afinal é verdade que também sou filho desta imensa e pujante nação, pois como tal assim aqui sou tido, recebido e tratado por todos os brasileiros.

Pressentia, dentro de mim, esta realidade e dela ouvira freqüentemente falar em discursos oficiais. Mas, antes, tinha-a por impossível, tão ambiciosa e tão fora do comum ela era.

Todavia, uma vez postos os pés em terras brasileiras, tudo se torna claro e tão evidente que a alma se deslumbra com a certeza

de que fica cheia. Isto é, que vir ao Brasil é, de fato, continuar em casa. Não se precisa da confirmação decorrente dos tratados ou das leis, nem sequer do aval de terceiros. Com efeito, uma certeza, maior do que todas essas vem das pessoas que me acolhem e me abrem o seu coração, feito à medida do enorme país de que são espelho. daquelas com quem falo ou, até, ocasionalmente, me cruzo nas ruas. Dos sentimentos que unanimemente todos expressam ao saberem que sou português. E, por fim, da paisagem física e humana que me envolve e constantemente me recorda, pela sua similitude embora em maior dimensão, os hábitos, os costumes e as tradições da modesta mas acolhedora casa lusitana, onde a porta está sempre aberta, a mesa sempre posta e há sempre um sorriso e um abraço à espera de quem chega.

A honra e a alegria desta dupla nacionalidade, que faz de cada brasileiro um portu-

* Tenente-General Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar. Comunicação apresentada em 4 de setembro de 2000, no Auditório General Professor Jonas Correia, da Bibliotheca do Exército.

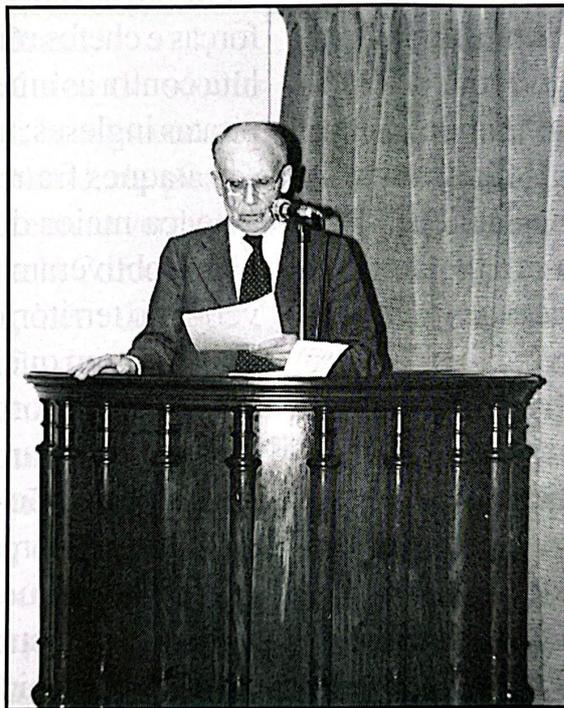
guês e de cada português um brasileiro, se é um privilégio que vem das origens e a história cimentou, é por isso mesmo um valor fundamental a viver e alimentar e um dever a cumprir pelas elites culturais dos nossos dois países. A elas cabe, mais do que a ninguém, traduzi-lo em linguagem atual e estudar à sua luz os grandes desafios que o futuro nos põe.

E que melhor momento para o fazer do que o deste dobrar de milênio, em que os nossos dois povos evocam os quinhentos anos da nossa caminhada comum, aberta com a chegada de Cabral a Porto Seguro?

Caminhada, longa caminhada de dois povos irmãos, que profundamente se amam e que, por isso mesmo, se respeitam na diferença das suas identidades. Caminhada onde, portanto, ao longo de todo esse tempo, como é próprio de duas pessoas distintas, por vezes se discutiu e se divergiu acaloradamente sobre o acessório, sem nunca pôr em causa, porém, a unidade no essencial – ou seja, a certeza de que o futuro passava por aí. Caminhada que teve, como todas, luzes e sombras, espinhos e flores, horas altas de festa e de sucesso entremeadas com momentos de silêncio e dos sempre breves mas inevitáveis arrufos entre irmãos. Caminhada onde, infelizmente, não faltaram alguns gestos de

egoísmo a macular o profundo propósito de solidariedade que nos unia. Mas, sem dúvida, caminhada de cinco séculos que valeu a pena, pois ambos recebemos, um do outro, mais do que demos e muito do que hoje somos e da história que pudemos escrever ao longo desse meio milênio.

Imagem feliz desse espírito e dessa realidade, é o Colóquio organizado pelas Comissões Brasileira e Portuguesa de História Militar, com uma primeira parte hoje iniciada no Rio de Janeiro e uma segunda que terá lugar em Lisboa, a partir de 13 de novembro.



General Manuel Freire Themudo Barata

Comissões Brasileira e Portuguesa de História Militar, com uma primeira parte hoje iniciada no Rio de Janeiro e uma segunda que terá lugar em Lisboa, a partir de 13 de novembro. Na pessoa do Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho, insigne Presidente da Comissão Brasileira de História Militar e o dinâmico e arrojado impulsor desta como de outras jornadas comuns em prol da

História Militar e da solidariedade luso-brasileira, querido amigo a quem já tanto devo e que muito admiro e prezo, quero agradecer, em nome dos três membros da delegação portuguesa, o convite para aqui estarmos hoje e o caloroso acolhimento que nos está a ser feito. É próprio dos brasileiros serem assim – e muito em particular o é por parte do Coronel Macedo Carvalho: quando nos parece já ter chegado ao extremo do requinte e das atenções, descobre sempre uma forma nova de o ultrapassar.

Desejo, ainda, deixar uma palavra de profundo reconhecimento, de grande estima e do maior apreço ao Professor Arno Wehling, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, historiador eminente que Portugal bem conhece e muito admira, e com o qual tanto tenho aprendido.

Na sequência de quanto disse, escolhi para tema da minha modesta colaboração recordar três marcas ainda hoje fundamentais da realidade portuguesa, que não podem ser entendidas sem se conhecer nelas o papel decisivo do Brasil. Refiro-me a coisas tão fundamentais como a Independência, os limites fronteiriços e a bandeira de Portugal. E escolhi apenas essas três marcas, entre muitas outras possíveis para ser breve e porque elas me parecem as mais significativas e ajustadas à matéria deste colóquio – a História Militar – e ao tempo em que ele se realiza – às vésperas do Dia da Independência do Brasil.

Recuemos, pois, até 1580, quando Filipe II se tornou rei de Portugal, assumindo o compromisso, que procurou cumprir, de que continuariam a ser portugueses os governantes por ele escolhidos para colocar à frente do seu novo reino e respectivo império. Passo a passo, no tempo dos seus sucessores, esse compromisso, solenemente jurado nas Cortes de Tomar de 1581, foi-se tornando letra morta. E a tal letra morta que, sessenta anos depois, era estrangeira e não aparentada com o soberano, como exigia o compromisso jurado, a princesa escolhida para desempenhar as funções de vice-rei e de capitão-general; que o Paço da Ribeira, sede do governo,

estava cheio de espanhóis ou de portugueses com eles conluiados, de que é expoente o sinistro Miguel de Vasconcelos; e que a guarnição do Castelo de São Jorge, que dominava Lisboa, contava com cerca de 500 militares castelhanos.

No Brasil, felizmente para Portugal, a situação era diferente. Os espanhóis, apesar de presentes e interessados, nunca assumiram as rédeas do poder. Tiveram aqui forças e chefes militares que intervieram na luta contra as ameaças das esquadras e dos piratas ingleses; também, contra os perigosos ataques franceses; e, por fim, contra a ameaça maior dos holandeses. Todavia, nunca obtiveram posições de relevo no governo do território ou no comando das forças. Quer um quer outro continuaram sempre em mãos portuguesas.

De fato, foram sempre portugueses – e portugueses não-comprometidos com os sonhos de absorção depois personificados no Conde-Duque de Olivares, o ambicioso primeiro-ministro de Filipe IV – os governadores escolhidos pelos três reis estrangeiros. De Manuel Teles Barreto, o primeiro nomeado por Filipe II, a Diogo Furtado de Mendonça, ingloriamente feito prisioneiro quando tentava defender a Bahia, se tinham que cumprir diretivas do rei espanhol que os nomeara, todos eles nunca deixaram de servir a sua pátria, na independência que lhes garantia a monarquia dual.

Ainda outro exemplo, agora no campo das forças e chefias militares. É certo que a presença da esquadra espanhola sob o comando de D. Diego Flores Valdez foi da maior importância para a conquista da Paraíba, mas também é verdade que o coman-

do das sucessivas expedições, se contou com o concurso de chefes militares espanhóis, sempre esteve em mãos portuguesas. E deve ser motivo de reflexão o fato de tanto Francisco de Castrejon como Francisco Morales, mandado por Filipe II para o substituir, sendo duas figuras de relevo naquele período, terem acabado por desertar ou fugir para a Espanha, por se sentirem sem o ambiente e as condições indispensáveis para permanecer no Brasil.

Nesses primeiros decênios do século XVII, a Espanha estava a braços com os ataques, na América do Norte, de piratas britânicos, e logo em 1632 com o verdadeiro vice-reinado instituído pela Coroa em favor de Lord Baltimore. E, além de outras, com uma grave sublevação dos índios no México, país que era, na altura, um grande e apetecido mercado e uma fonte indispensável de extração de metais preciosos. Compreende-se, por isso, que a sua atenção e as suas maiores preocupações se voltassem para aí, exercendo, portanto, menor pressão no domínio político do Brasil. Ainda bem, acrescentarei eu, que essa situação externa espanhola veio em favor da determinação de quantos aqui lutavam para cimentar a unidade e a base cultural com que estava a ser construído o gigantesco Brasil.

Voltemos, agora, a Lisboa e àquela manhã de 1º de dezembro de 1640. Embora arrojado, e temerário até, foi fácil o êxito do golpe levado a cabo pelo reduzido grupo de fidalgos que, em segredo, se conjuraram para pôr fim ao domínio filipino. Tinham o apoio maciço da população da cidade, que logo se levantou, cercando o Paço e invadindo o Castelo de São Jorge.

Igualmente pelo país, todo o povo vibrava de entusiasmo, aclamando D. João IV. Todavia, essa vitória inicial teria de ser confirmada por uma longa e tenaz luta contra a então maior potência europeia. É certo que, para isso, Portugal contava com o apoio da França, auxílio importante no aspecto diplomático, e que militarmente se viria a traduzir na vinda de Schomberg e de alguns outros oficiais experientes e de especialistas, sobretudo na área da fortificação.

O Brasil, porém, era – e foi – o pilar essencial para que, ao fim de vinte e oito anos, a vitória pudesse ser alcançada. Com efeito, desde logo aclamou o rei português, o que assegurou a abertura do Atlântico Sul ao tráfego e ao comércio de que Portugal necessitava para prosseguir uma longa guerra. Mas, tão importante como isso – ou melhor, consequência tão vital como essa e dessa dependente –, ao libertar Luanda e toda a costa angolana, manteve aberto o acesso ao Índico e a todo o fluxo vindo do Oriente. E, então, o grande império das Índias, apesar de já em fase de declínio, era uma amarra importante do poder político e económico português.

Como figura simbólica do papel decisivo do Brasil na vitória de Portugal, lembro um brasileiro nascido em Pernambuco, que governou essa capitania e lá lutou contra os holandeses; brasileiro que, em 1625, começou no seu vaivém entre o Brasil e Portugal, combatendo ora cá ora lá e que veio a ser, depois duma vida cheia de atribulações, o vencedor da batalha do Montijo – a primeira grande vitória da nossa Guerra da Restauração. Estou a falar, claro, do intrépido e inconstante Matias de Albuquerque.

que, que em Portugal acabou os seus dias mas que aqui, no Brasil, deixou ficar os seus nove filhos. E que, hoje, na sua numerosa descendência, dispersa pelo imenso chão brasileiro, constitui uma memória viva deste elo comum.

Reduzido ao seu espaço europeu e em luta contra uma Espanha bem mais poderosa, sem esta presença do Brasil poderia Portugal ter sobrevivido à que foi a maior crise da sua história? Esta pergunta, penso, só tem uma resposta: não. Perdida então a independência, teria sido possível readquiri-la? Agora, estamos fora do campo da história, já que esta somente estuda e analisa o que aconteceu no passado. É evidente que o meu coração pede um sim, pois não quero admitir outra hipótese. Todavia, como não sou forte na ciência da prospectiva, não sei o que esta concluiria. E temo que não concordasse com o meu desejo; com o desejo, afinal, de todos nós.

A segunda marca deixada pelo Brasil na realidade portuguesa é a indefinição, que ainda hoje persiste, de um pequeno troço da nossa fronteira terrestre com a Espanha, junto a Elvas. Trata-se de um diferendo diplomático entre Portugal e Espanha, por solucionar há 199 anos, resultante duma guerra um pouco estranha – até no seu nome. E diferendo que, quando parecia a caminho de uma solução – pois já existia acordo de ambas as partes e, inclusive, data marcada para a sua execução –, a grande efeméride que celebraremos no próximo dia 7 de setembro fez voltar à estaca zero e adiar até hoje. Trago o assunto porque, para além de pouco conhecido nesta sua ligação

com a independência do Brasil, ele nos faz refletir sobre o que significou, em pleno século XIX, um país europeu ter transferido a sua capital para fora do velho continente, fazendo-o, assim, encarar os problemas mundiais nos outros continentes numa visão mais ampla.

O troço em causa da fronteira portuguesa, como certamente já se entendeu, é o do chamado “termo de Olivença”, tem uma extensão de cinquenta e tal quilômetros e situa-se para lá do Rio Guadiana, entre Elvas e Mourão.

Quem olhe o mapa de Portugal e conheça um pouco da sua história, de imediato compreende a razão que levou os nossos primeiros reis, logo a partir de D. Afonso Henriques, a terem como uma das suas preocupações fundamentais conseguir uma fronteira leste que lhes permitisse chegar ao Algarve. Na realidade, incorporar esse extremo sul da península no pequeno condado, e depois reino, era decisivo para a sobrevivência de Portugal por dois motivos: o primeiro, dar-lhe a dimensão mínima necessária para existir; o segundo, antecipar-se a Castela na conquista dessas terras aos mouros.

O problema estava, pois, em firmar, ao sul do Rio Douro, uma fronteira vertical que libertasse o jovem reino do afunilamento a que estava condenado se mantivesse a sua fronteira primitiva, apoiada nos contrafortes da Serra da Estrela. Daí, o persistente esforço para ir avançando para leste de Tomar, sua amarra no Rio Tejo; e, depois de o conseguir, saltar, por alturas das Portas do Rodão, para o Rio Guadiana, apanhando-o na acentuada curva que ele faz ao deixar de correr no sentido leste-oeste e

seguir para sul, até a sua foz, em Vila Real de Santo Antônio. E Olivença domina exatamente essa curva: era o ponto chave que garantia, ao sul, essa fronteira.

Depois de muitos trabalhos e êxitos dos seus antecessores, o Rei D. Diniz consegue, em 12 de setembro de 1297, assinar com o rei de Castela o tratado de Alcanices, que define a fronteira entre os dois estados. Esta é, aliás, a fronteira portuguesa atual, que perdura, portanto, há sete séculos e torna Portugal o país da Europa, senão mesmo do mundo, com o mais antigo e mais estável limite geográfico. E porque, entre os rios Tejo e Guadiana, o terreno era muito aberto e de difícil defesa, logo naquele tratado Olivença (apesar de se localizar na margem esquerda deste último rio) ficou integrada em Portugal, pois dominava essa área.

Pela sua importância, de imediato teve foral, foi fortificada, foi sede de bispado a partir de 1512 e nela se instalaram duas unidades militares: um regimento de infantaria e outro de cavalaria que deixou nome – o Regimento dos Dragões de Olivença.

Até aqui, um brevíssimo resumo do seu historial, para dar agora entrada ao problema que continua por resolver.

Em 1801, reinava em Espanha Carlos IV, o pai de Carlota Joaquina. Mas quem, de fato, mandava era o todo poderoso Godoy, que nascera em Badajoz, mesmo defronte a Elvas. Com habilidade, inteligência e muito atrevimento, esse ambicioso primeiro-ministro espanhol obteve de Napoleão que disponibilizasse uma pequena força para apoiar o Exército espanhol em mais uma invasão de Portugal, tendo por objetivo forçar o Príncipe Regente a afastar-se da In-

glaterra. Se isso era o que interessava à França, para Godoy o objetivo era outro, como se veio a tornar claro, poucos anos depois, no Tratado de Fontainebleau, em que lhe cabia ser rei de um dos três pedaços em que Portugal seria dividido.

Essa guerra de 1801 durou apenas duas semanas e não passou de ligeiros combates junto à fronteira. Godoy intimou Elvas a render-se. O governador da praça-forte repeliu com energia a ameaça. Segundo corre, Godoy, como testemunho do seu apreço e particular afeto pela Rainha Maria Luísa, enviou a esta um ramo de laranjeira colhido nos fossos da fortaleza. No aspecto militar, a guerra não teve história. Dela ficou a lembrança daquele estranho presente. Por isso, com ironia (ou talvez com segundas intenções), os espanhóis passaram a designá-la por *la guerra de los laranjos*. Hoje é como “guerra das laranjas” que ela é conhecida e apresentada em todos os livros de História.

Todavia, se militarmente não passou disso, ela deu azo a que Godoy ocupasse Olivença e a mantivesse como território espanhol, ao abrigo do texto de um tratado entre Espanha, Portugal e França que logo nessa ocasião ele forjou. Conseguiu que o ministro português o subscrevesse, condicionalmente, mas o Príncipe Regente nunca o sancionou. E Napoleão nunca autorizou seu irmão Luciano, o representante da França, a que assinasse esse texto.

Com as invasões francesas, o fato consumado arrastou-se até o Congresso de Viena. Logo então, no Tratado de Paris de 30 de maio de 1815, se declarou inválido o tal Tratado de Badajoz. Depois, na Ata Fi-

nal do Congresso, há um artigo que expressamente reconhece Olivença como território português. A Espanha pôs reticências alegando que também tinha direito à devolução de três ducados italianos. Esses obstáculos, que pareciam os últimos, foram vencidos em 1817.

Entretanto, no Sul do Brasil, reacende-se o conflito em torno do Rio da Prata. Em 20 de janeiro de 1817, as tropas portuguesas, sob o comando do futuro Barão de Laguna, ocupam Montevidéu. A Espanha protesta vigorosamente e declara junto às potências européias que não entregaria Olivença enquanto Montevidéu não lhe fosse restituída. Portugal aceita as negociações. Finalmente, em agosto de 1818, chega-se a um acordo que fixa os termos dessa dupla restituição: Olivença seria devolvida a Portugal quando chegasse a Montevidéu um corpo expedicionário espanhol que iria ser organizado para o efeito. Em princípios de 1820, tal força estava concentrada em Cádiz.

Naquela altura, a Espanha vivia um período de grande agitação política – e Cádiz, precisamente, era um dos mais ativos centros de todo esse processo. Com efeito, foi lá que, em 1812, se elaborou a nova constituição e foi lá que, nesse mesmo ano de 1820, teve início a guerra civil espanhola. Daí ter sido retardada a partida da esquadra que devia demandar Montevidéu. Por sua vez, em Portugal, rebenta o movimento liberal em 1820. O problema de Olivença passa a segundo plano. Dois anos depois, o Brasil assume a independência. A partir desse momento, Portugal já nada pode oferecer à Espanha como contrapartida da devolução de Olivença. O tempo que pas-

sava, entretanto, ia tornando mais complexa a resolução do assunto – que continua em aberto, tanto na traço interrompido da fronteira, como nos aspectos mais comezinhos: por exemplo, duma ponte que continua destruída, porque Portugal não reconhece à Espanha o direito de considerar aquilo como território seu.

Como terceira marca da presença indelevel do Brasil na realidade portuguesa de hoje – direi, mesmo, no mais fundo da alma e do destino de Portugal – referi antes que iria evocar a nossa bandeira. É que, de fato, nela está gravada a ouro a memória perene do Brasil.

Desde a sua criação, no século XII, até hoje, a nossa bandeira foi traduzindo a história e recolhendo os louros da nação portuguesa – e sempre também apontando destinos para o seu devir como povo livre. Discute-se se a bandeira de D. Afonso Henriques seria a simples cruz azul em fundo branco, pois essa era também a que usava um outro rei peninsular. Conhece-se, porém, a de seu filho e o seu simbolismo é o mesmo: cruzada cristã para criar uma pátria – agora, com os braços da cruz recortados em escudetes e estes, por sua vez, carregados de besantes, numa alegoria enriquecedora do esforço feito para consolidar o novo reino.

Passo novo na nossa história foi, passados cem anos, associar a Portugal o reino dos Algarves. E surge a bandeira nova, a partir de D. Afonso III. Descrita numa linguagem de leigo, a primitiva bandeira é agora bordejada de uma orla vermelha, na qual surgem os castelos sucessivamente conquis-

tados para chegar ao Algarve. Depois, e até o século XIX, essa mesma simbologia, por fim transformada em escudo real, foi perdurando. Esse mesmo escudo veio a ser incorporado pela República na bandeira nacional. Mudaram-se as cores. Manteve-se, contudo, sem alteração apreciável, o conteúdo do brasão de armas que vinha de muitos séculos atrás.

Todavia, ao olhar a bandeira verificamos, com surpresa, que esse escudo está sobreposto a uma esfera armilar – elemento heráldico que não fez parte da tradição portuguesa nem no período em que, de fato, “demos novos mundos ao mundo” e em que, no dizer de Fernando Pessoa, Portugal era de alguma forma “o único imperador que tem, deveras/ o globo mundo em sua mão”.

Mas, então, porque está a esfera armilar no escudo de armas português? Para além de outras explicações heráldicas que lhe possam ter sido encontradas, não tenho dúvida que, historicamente, o seu percurso foi o seguinte: primeiro foi tornado o símbolo heráldico das Armas do Brasil; e daí, imediatamente, passou para as Armas do Reino Unido de Portugal, do Brasil e Algarve.

A Carta de Lei de “D. João, por graça de Deos, Rei do Reino Unido de Portugal, e do Brasil e Algarve; dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos treze de maio de mil oitocentos e dezasseis”, registrada e publicada em Lisboa no dia 8 de julho de 1817, é muito clara a tal respeito. Começa por lembrar o exemplo de D. Afonso III, que uniu numa só as Armas de Portugal e do Algarve. E porque o Brasil ainda não tinha Armas, determina “Que o Reino do Brasil

tenha por Armas huma Esfera Armillar de Ouro em campo azul”. E acrescenta, no artigo seguinte, para que não subsistam dúvidas, que “o Escudo Real Português inscrito na dita Esfera Armillar de Ouro, com huma coroa sobreposta, fique sendo de hoje em diante as Armas” do Reino Unido. Depois da independência do Brasil, claro, D. Pedro IV retirou a esfera das suas armas, tão intimamente conhecia – e sentia – o assunto e com tanta firmeza queria vincar a separação dos dois reinos. Finda a Monarquia, em 1910, o novo regime veio a recuperar o símbolo, dando-lhe por certo significado diferente – mas o que realmente lá ficou foi a mesma esfera que já pertenceira ao Brasil.

Fosse qual fosse a razão profunda que levou os legisladores de 1910 a colocar na nossa Bandeira uma esfera armilar tão igual àquela que, primeiro, representou o Brasil, para nós, hoje, essa presença não pode deixar de nos trazer até aqui.

Até aqui, Senhoras e Senhores, para concluir, pois já vai longo o meu discurso – e devo pôr-lhe fim.

E, para o fazer, não encontro melhor forma e melhor síntese do que fixar-me nos dois globos que as nossas bandeiras ostentam. Iguais na sua origem e na sua forma, eles são elo indestrutível a unir-nos. Diferentes na sua figuração, apontam-nos as responsabilidades complementares mas distintas que o presente e, sobretudo, o futuro traz a cada um dos nossos dois países.

Na nossa bandeira, a esfera armilar, estática, bordada a ouro e ao jeito antigo, recorda-nos, como disse antes, o Brasil e

será, por isso, mais um motivo para mais o amarmos e mais nos orgulharmos deste singular convívio com tão grande país irmão. Mas lembra-nos também que somos um país vindo de um longo passado, hoje pequeno e confinado ao seu estreito espaço europeu. País que noutros tempos teve direito a marcar um século com o seu nome, a possuir metade do mundo e se desgastou, nesse percurso já milenário, ajudando ao nascer de novas nações e de novos estados e a fomentar a fraternidade entre povos de todas as cores e culturas, sem retirar disso grandes proveitos materiais para si próprio. Se não soube ou não quis acumular riqueza, pode, contudo, ser uma voz e uma ponte. Voz e ponte que cheguem aos cinco continentes, que não ameacem e que levem consigo uma velha mensagem de solidariedade e de entendimento, hoje inteiramente despida dos apetites e dos atropelos que a força e a juventude quase sempre trazem.

Por sua vez, na bandeira do Brasil, se a forma geométrica é a mesma, o globo sur-

ge pleno de movimento e carregado de esperança no azul da sua cor, na profusão das suas estrelas, outras tantas luzes a iluminar novos caminhos, e na divisa que aponta para um contínuo aperfeiçoamento rumo à felicidade e ao bem-estar sobre a terra. Projeto ambicioso como convém a um povo cheio de vitalidade e de garra e que sabe ter à sua frente um futuro para construir. Melhor, que lhe cabe rasgá-lo, pois a humanidade, no século XXI, olha para o Brasil como seu guia e pilar desses novos tempos.

Sim, o mundo espera por vós. As páginas de ouro da vossa já gloriosa história estão ainda por escrever. Por isso, ao dar-vos os parabéns pela grande data que celebrais a 7 de setembro, e onde a figura central é um príncipe português que ousadamente soube interpretar o fundo sentir da alma lusíada, permiti-me que traduza o seu grito de então em palavras de hoje, e vos saúde dizendo com orgulho e confiança: “Irmãos brasileiros, avançai porque a hora é vossa.”



Mesa que presidiu a sessão de encerramento da 1ª fase do simpósio, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.